

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	24
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	25
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	102
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.201.730
Preferenciais	11.147.908
Total	17.349.638
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	429.657	657.434	793.998
1.01	Ativo Circulante	161.494	291.100	387.483
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.690	126.174	114.221
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.690	126.174	114.221
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.104	24.142	59.649
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.104	24.142	59.649
1.01.03	Contas a Receber	33.044	51.085	92.972
1.01.03.01	Clientes	33.044	51.085	92.972
1.01.04	Estoques	73.520	48.281	73.862
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.155	27.257	33.186
1.01.07	Despesas Antecipadas	336	526	1.626
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.645	13.635	11.967
1.01.08.03	Outros	9.645	13.635	11.967
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	3.438	7.658	3.056
1.01.08.03.02	Outros ativos	6.207	5.977	8.911
1.02	Ativo Não Circulante	268.163	366.334	406.515
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.528	125.200	32.599
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	30.267	16.104
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	88.528	94.933	16.495
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	76.893	81.884	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.776	7.567	7.330
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	2.110	5.380	7.034
1.02.01.09.05	Outros ativos	749	102	2.131
1.02.02	Investimentos	24.100	58.440	47.782
1.02.02.01	Participações Societárias	24.100	58.440	47.782
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	24.100	58.440	47.782
1.02.03	Imobilizado	146.468	165.928	309.121
1.02.04	Intangível	9.047	16.685	16.838

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01	Intangíveis	9.047	16.685	16.838
1.02.05	Diferido	20	81	175

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	429.657	657.434	793.998
2.01	Passivo Circulante	522.137	292.456	280.198
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.709	15.345	17.382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.709	15.345	17.382
2.01.02	Fornecedores	74.505	73.900	85.411
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.574	73.431	84.151
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.931	469	1.260
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.943	2.236	2.156
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	377.196	129.187	152.808
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	377.196	129.187	136.726
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	192.069	64.392	24.849
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	185.127	64.795	111.877
2.01.04.02	Debêntures	0	0	16.082
2.01.05	Outras Obrigações	54.784	71.788	22.441
2.01.05.02	Outros	54.784	71.788	22.441
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26	26	49
2.01.05.02.04	Outros	13.830	15.195	17.681
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	1.060	3.372	4.711
2.01.05.02.07	Contas a pagar - descontinuidade de negócios	22.175	53.195	0
2.01.05.02.08	Empresas relacionadas	17.693	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	17.579	337.777	319.881
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	325.025	313.952
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	325.025	275.713
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	156.369	75.158
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	168.656	200.555
2.02.01.02	Debêntures	0	0	38.239
2.02.02	Outras Obrigações	17.579	12.752	5.929
2.02.02.02	Outros	17.579	12.752	5.929

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02.03	Provisão para riscos e discussões judiciais	13.477	10.291	3.818
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	3.977	1.461	2.111
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	125	1.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	-110.059	27.201	193.919
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.703	12.253	31.250
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-293.035	-156.325	-8.604

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	403.831	421.910	51.191
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-378.927	-363.975	-44.187
3.03	Resultado Bruto	24.904	57.935	7.004
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.414	-30.014	-7.361
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.072	-12.595	-1.432
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.291	-29.121	-4.543
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	3.008	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.042	0	-11.481
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	991	8.694	10.095
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-41.510	27.921	-357
3.06	Resultado Financeiro	-52.077	-54.331	-36.059
3.06.01	Receitas Financeiras	14.031	111.009	45.296
3.06.01.01	Receita Financeira	5.979	12.177	11.703
3.06.01.02	Variação Cambial - Fundo Exclusivo	6.047	9.699	8.571
3.06.01.03	Variação Cambial	2.005	89.133	25.022
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.108	-165.340	-81.355
3.06.02.01	Despesas Financeira	-41.842	-47.820	-18.465
3.06.02.02	Variação Cambial - Fundo Exclusivo	0	-8.941	-2.327
3.06.02.03	Variação Cambial	-24.266	-108.579	-60.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-93.587	-26.410	-36.416
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.267	4.778	20.844
3.08.01	Corrente	0	0	-1
3.08.02	Diferido	-30.267	4.778	20.845
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-123.854	-21.632	-15.572
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-13.406	-127.265	-17.029
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-13.406	-127.265	-17.029
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-137.260	-148.897	-32.601
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02213	-0,02401	-0,00526
3.99.01.02	PN	-0,01231	-0,01336	-0,00292

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-137.260	-148.897	-32.601
4.02	Outros Resultados Abrangentes	550	1.153	1.033
4.03	Resultado Abrangente do Período	-136.710	-147.744	-31.568

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.139	78.369	36.382
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.615	-67.530	-581
6.01.01.01	Resultado líquido da operação continuada	-123.854	-21.632	-15.572
6.01.01.02	IR e CS Diferido	30.267	-15.027	-14.507
6.01.01.03	Provisão para Contingências	2.558	6.236	0
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-991	-8.694	-10.095
6.01.01.06	Juros Provisionados sobre empréstimos e financiamentos	28.135	31.908	13.203
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	20.513	25.402	5.976
6.01.01.08	Efeito de Variação Cambial	23.414	18.914	37.443
6.01.01.09	Resultado na venda de ativo permanente	5.165	9.615	0
6.01.01.10	Provisão para impairment de ativos destinados a venda	5.986	13.013	0
6.01.01.11	Resultado líquido da operação descontinuada	-13.406	-127.265	-17.029
6.01.01.12	Baixa ágio gerado na aquisição de empresas	13.598	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.476	145.899	36.963
6.01.02.01	Fornecedores	605	-11.511	59.890
6.01.02.02	Impostos a recuperar	2.372	5.929	8.350
6.01.02.03	Títulos e Valores mobiliários	21.038	35.507	67.513
6.01.02.04	Outros	12.459	-943	-31.367
6.01.02.05	Duplicatas a receber	18.041	41.887	-78.041
6.01.02.06	Estoques	-25.239	22.380	10.618
6.01.02.07	Contas a pagar da descontinuidade dos negócios	-31.020	55.287	0
6.01.02.08	Adiantamento a fornecedores	4.220	-2.637	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	22.778	-1.082	79.306
6.02.02	Diferido e intangível	-809	0	256
6.02.03	Redução de capital na investida Mangels International Corporation	20.690	0	0
6.02.04	Recebimento da venda da Unidade Galvanização	0	13.831	0
6.02.05	Redução de investimentos	0	0	50.103
6.02.06	Compras de imobilizado	-12.303	-14.913	-10.645

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.08	Baixa de reavaliação reversa de ativo fixo	0	0	-29.993
6.02.09	Incorporação do Patrimônio Líquido da Mangels Ind. Com. Ltda e Superfície Ltda.	0	0	69.585
6.02.11	Dividendos Recebidos da controlada Mangels Componentes da Amazonia	15.200	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-129.123	-65.334	-54.572
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	0	-5.094
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos tomados	1.797	145.991	0
6.03.05	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-155.899	-193.002	-37.743
6.03.06	Juros pagos por Empréstimos e Financiamentos	-25.618	-18.323	-12.078
6.03.07	Dividendo adicional proposto	0	0	343
6.03.09	Transferência de fornecedores para financiamentos	50.597	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-112.484	11.953	61.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126.174	114.221	53.105
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.690	126.174	114.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-137.260	0	-137.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-137.260	0	-137.260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	550	-550	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	550	-550	0
5.07	SalDOS Finais	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	23	0	23
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	23	0	23
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-148.897	0	-148.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-148.897	0	-148.897
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.153	-18.997	-17.844
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.153	-1.153	0
5.06.04	Estorno de Reserva de Reavaliação de Ativos Destinados a Venda	0	0	0	0	-17.844	-17.844
5.07	SalDOS Finais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-343	0	0	-343
5.04.08	Aprovação de Dividendo Adicional	0	0	-343	0	0	-343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.601	0	-32.601
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.601	0	-32.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-22.964	23.997	-1.033	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.033	-1.033	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	-6.462	6.462	0	0
5.06.05	Outras Reservas	0	0	-16.502	16.502	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	543.182	701.550	185.763
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	552.926	780.685	199.527
7.01.02	Outras Receitas	-4.256	-72.098	-13.794
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.488	-7.037	30
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-362.856	-434.623	-118.063
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-232.832	-307.017	-97.690
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-123.694	-127.606	-20.373
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.330	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.326	266.927	67.700
7.04	Retenções	-20.513	-25.402	-5.974
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.513	-25.402	-5.974
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.813	241.525	61.726
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.137	21.629	-13.649
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	991	8.694	10.095
7.06.02	Receitas Financeiras	14.146	12.935	-23.744
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174.950	263.154	48.077
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174.950	263.154	48.077
7.08.01	Pessoal	97.933	167.248	39.251
7.08.01.01	Remuneração Direta	97.933	167.248	39.251
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	147.469	176.259	28.960
7.08.02.01	Federais	147.469	176.259	28.960
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.808	68.544	12.467
7.08.03.01	Juros	66.808	68.544	12.467
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-137.260	-148.897	-32.601

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	448.615	674.913	818.232
1.01	Ativo Circulante	192.593	353.532	443.786
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.090	171.375	148.808
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.090	171.375	148.808
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.170	24.142	60.990
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.170	24.142	60.990
1.01.03	Contas a Receber	37.751	54.041	99.114
1.01.03.01	Clientes	37.751	54.041	99.114
1.01.04	Estoques	85.243	58.834	85.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.779	29.013	34.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.560	16.127	14.844
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	339	529	1.630
1.01.08.01.01	Despesa do exercício seguinte	339	529	1.630
1.01.08.03	Outros	10.221	15.598	13.214
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	3.884	7.792	5.166
1.01.08.03.02	Outros ativos	6.337	7.806	8.048
1.02	Ativo Não Circulante	256.022	321.381	374.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.869	125.519	33.635
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	30.267	16.104
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	88.869	95.252	17.531
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	76.893	81.884	0
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	8.976	7.765	7.369
1.02.01.09.04	Tribustos a Recuperar	2.111	5.380	7.034
1.02.01.09.05	Outros Ativos	889	223	3.128
1.02.03	Imobilizado	158.080	178.737	323.058
1.02.04	Intangível	9.073	17.125	17.753
1.02.04.01	Intangíveis	9.047	16.688	16.844
1.02.04.01.02	Intangível	9.047	16.688	16.844

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.02	Goodwill	26	437	909
1.02.04.02.01	Diferido	26	437	909

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	448.615	674.913	818.232
2.01	Passivo Circulante	540.903	301.131	293.306
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.185	15.630	17.756
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.185	15.630	17.756
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	13.185	15.630	17.756
2.01.02	Fornecedores	78.857	78.753	91.706
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	75.926	78.284	90.437
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.931	469	1.269
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.090	4.087	3.068
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.090	4.087	3.068
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	403.520	130.760	158.654
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	403.520	130.760	142.572
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	218.393	65.675	17.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	185.127	65.085	124.881
2.01.04.02	Debêntures	0	0	16.082
2.01.05	Outras Obrigações	41.251	71.901	22.122
2.01.05.02	Outros	41.251	71.901	22.122
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	27	27	50
2.01.05.02.05	Tributos Parcelados	1.769	4.080	5.379
2.01.05.02.06	Outros Passivos	17.280	14.599	16.693
2.01.05.02.07	Contas a pagar - descontinuidade de negócios	22.175	53.195	0
2.02	Passivo Não Circulante	17.771	346.581	331.007
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	334.638	325.078
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	334.638	286.839
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	165.982	96.445
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	168.656	190.394
2.02.01.02	Debêntures	0	0	38.239
2.02.02	Outras Obrigações	4.102	1.461	2.111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	4.102	1.461	2.111
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	3.977	1.461	2.111
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	125	0	0
2.02.04	Provisões	13.669	10.482	3.818
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.669	10.482	3.818
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	13.669	10.482	3.818
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-110.059	27.201	193.919
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.703	12.253	31.250
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-293.035	-156.325	-8.604

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	460.995	474.319	476.085
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-430.103	-401.351	-392.488
3.03	Resultado Bruto	30.892	72.968	83.597
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.308	-39.344	-48.688
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.727	-13.265	-15.101
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.743	-30.950	-27.094
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	4.871	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.838	0	-6.493
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-39.416	33.624	34.909
3.06	Resultado Financeiro	-53.285	-55.611	-49.251
3.06.01	Receitas Financeiras	15.252	113.360	188.108
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.200	13.762	21.416
3.06.01.02	Variação cambial	2.005	89.899	147.178
3.06.01.03	Variação cambial - fundo exclusivo	6.047	9.699	19.514
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.537	-168.971	-237.359
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-44.273	-53.213	-44.967
3.06.02.02	Variação Cambial - fundo exclusivo	0	-8.941	-16.675
3.06.02.03	Variação Cambial	-24.264	-106.817	-175.717
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-92.701	-21.987	-14.342
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.153	355	14.458
3.08.01	Corrente	-885	-4.423	-5.238
3.08.02	Diferido	-30.268	4.778	19.696
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-123.854	-21.632	116
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-13.406	-127.265	-32.717
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-13.406	-127.265	-32.717
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-137.260	-148.897	-32.601
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-49.064	-53.224	-11.645
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-88.196	-95.673	-20.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02213	-0,02401	-0,00526
3.99.01.02	PN	-0,01231	-0,01336	-0,00292

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-137.260	-148.897	-32.601
4.02	Outros Resultados Abrangentes	550	1.153	1.033
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-136.710	-147.744	-31.568
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-48.868	-52.812	-10.620
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-87.842	-94.932	-20.948

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-16.338	96.376	167.761
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.666	-53.721	42.369
6.01.01.01	Resultado líquido de operação continuada	-123.854	-21.632	-3.537
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.267	-15.027	-19.561
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	22.049	26.948	25.360
6.01.01.05	Valor residual do permanente baixado	5.705	9.615	7.009
6.01.01.06	Provisão para riscos e discussões judiciais	2.559	6.268	-1.923
6.01.01.07	Provisao para impairment de ativos destinados a venda	5.986	13.013	0
6.01.01.08	Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	29.457	33.122	33.781
6.01.01.09	Efeito de Variacao Cambial	23.973	21.237	33.957
6.01.01.10	Resultado líquido de operação descontinuada	-13.406	-127.265	-32.717
6.01.01.11	Baixa do ágio gerado na aquisição de empresas	13.598	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.672	150.097	125.392
6.01.02.01	Duplicatas a receber	16.290	45.073	-1.422
6.01.02.02	Estoques	-26.409	23.307	22.356
6.01.02.03	Fornecedores	104	-12.953	60.455
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	2.503	5.675	12.514
6.01.02.05	Títulos e valores mobiliários	20.972	36.848	35.559
6.01.02.06	Outros	980	-3.140	-4.070
6.01.02.07	Contas a pagar da descontinuidade dos negocios	-31.020	55.287	0
6.01.02.08	Adiantamento a fornecedores	3.908	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.638	-1.118	-37.919
6.02.01	Compras de Imobilizado	-12.829	0	0
6.02.02	Diferido e Intangível	-809	-14.949	-37.919
6.02.04	Recebimento da venda da unidade Galvanização	0	13.831	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115.309	-72.691	-104.971
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos tomados	69.608	145.991	69.572
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-156.952	-189.862	-142.987

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03.03	Juros pagos por empréstimos e financiamentos	-27.965	-28.820	-26.463
6.03.04	Pagamento de Dividendos	0	0	-5.093
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-145.285	22.567	24.871
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	171.375	148.808	123.937
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.090	171.375	148.808

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201	0	27.201
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201	0	27.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-137.260	0	-137.260	0	-137.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-137.260	0	-137.260	0	-137.260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	550	-550	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	550	-550	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059	0	-110.059

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919	0	193.919
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919	0	193.919
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	23	0	23	0	23
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	23	0	23	0	23
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-148.897	0	-148.897	0	-148.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-148.897	0	-148.897	0	-148.897
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.153	-18.997	-17.844	0	-17.844
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.153	-1.153	0	0	0
5.06.04	Estorno de Reserva de Reavaliação de Ativos Destinados a Venda	0	0	0	0	-17.844	-17.844	0	-17.844
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201	0	27.201

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-343	0	0	-343	0	-343
5.04.08	Aprovação de Dividendo Adicional	0	0	-343	0	0	-343	0	-343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.601	0	-32.601	0	-32.601
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.601	0	-32.601	0	-32.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-22.964	23.997	-1.033	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.033	-1.033	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	-6.462	6.462	0	0	0	0
5.06.05	Outras Reservas	0	0	-16.502	16.502	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-8.604	31.250	193.919	0	193.919

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	602.271	758.617	932.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	612.324	835.912	940.418
7.01.02	Outras Receitas	-4.553	-70.235	-7.893
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.500	-7.060	136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-411.491	-469.470	-537.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-282.756	-350.716	-407.123
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-122.373	-118.754	-130.473
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.362	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	190.780	289.147	395.065
7.04	Retenções	-22.049	-26.948	-25.360
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.049	-26.948	-25.360
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.731	262.199	369.705
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.367	14.520	-6.782
7.06.02	Receitas Financeiras	15.367	14.520	-6.782
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	184.098	276.719	362.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	184.098	276.719	362.923
7.08.01	Pessoal	101.543	170.730	149.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.543	170.730	149.466
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	150.577	183.477	203.056
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.238	71.409	43.002
7.08.03.02	Aluguéis	69.238	71.409	43.002
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-137.260	-148.897	-32.601

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****SENHORES ACIONISTAS:**

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. As demonstrações são apresentadas conforme as disposições da legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e pelas normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário econômico mundial pouco se alterou desde o 3º trimestre de 2013, mesmo com a mudança na condução da política monetária dos Estados Unidos, com a posse da nova presidente do Federal Reserve (FED), e não há sinais de bruscas mudanças com relação à política anterior. Na Zona do Euro há ainda um forte cenário de recessão, não se vislumbrando alterações no curto prazo.

No Brasil, o ano foi marcado pelo aumento de taxas de juros, pressões inflacionárias, elevado grau de volatilidade cambial e nível de endividamento dos consumidores. Ainda há uma forte desconfiança por parte dos investidores em relação à condução da política fiscal brasileira e resistência por parte do governo em reduzir seus gastos.

O crescimento do PIB brasileiro em 2013 foi de 2,3%, sendo este o 4º ano seguido de crescimento menor do que os da América Latina e Caribe que apresentaram um crescimento médio de 3,2%. Com efeito, segundo o FMI, o Brasil deverá perder posições entre as maiores economias do mundo, caindo para o 9º lugar, perdendo posições para Itália e Rússia, que ocuparão o 8º e 7º lugares, respectivamente.

O ano de 2014 inicia com perspectiva de racionamento de água e energia elétrica, continuidade de aperto na política monetária e de volatilidade no câmbio, que levam a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais (ITR) do 3º trimestre de 2013, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

Em 24 de janeiro de 2014, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, cujo objetivo é viabilizar a superação da crise econômico-financeiro da Companhia.

O plano apresentado contempla uma série de medidas que visam a melhoria de seus resultados operacionais, do equacionamento das dívidas dentro dos prazos e condições compatíveis com a sua disponibilidade e de acordo com a lei. Dentre elas, podemos destacar: **(a) governança:** considerando que o Conselho de Administração se encontra com a sua composição mínima, a Companhia incorporará conselheiros independentes; o atual presidente do Conselho de Administração, que acumula o cargo na função de Presidente, deverá deixar esta última posição e contratar um novo Diretor Presidente. A Companhia contratou Diretor Comercial em dezembro de 2013 e para complementar a sua diretoria deverá contratar Diretor Financeiro e Industrial. **(b) reestruturação organizacional:** foi formado um Comitê Executivo para Recuperação da Companhia. Este comitê tem a coordenação do CRO (Chief Restructuring Officer), executivo anteriormente responsável pela Auditoria Interna, sendo que ambos os cargos respondem para o Conselho de Administração. Este comitê já iniciou um programa de redução de custos e despesas operacionais e administrativas, por meio de integrações e reestruturações. A Sede da Empresa foi transferida para um escritório de menor dimensão em São Paulo e a equipe administrativa foi reduzida e transferida para a instalação fabril de São Bernardo do Campo. Nos negócios de Rodas, Cilindros e Aços estão sendo feitas análises aprofundadas dos processos de produção e racionalização da força de trabalho.

Como parte do processo de RJ, a Empresa está aguardando a publicação dos editais contendo o aviso de entrega do Plano de Recuperação e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial, nomeada pelo Juiz responsável pela RJ, KPMG Corporate Finance Ltda.

Em seguida, os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e/ou objeção ao plano de recuperação, no prazo de 30 dias, ambos contados da publicação do edital. Após este período, o Plano será submetido à Assembleia Geral dos Credores.

A aprovação e o sucesso desse plano de recuperação econômica é condição necessária para permitir à Companhia a realização de seus ativos pelos valores apresentados nas suas demonstrações contábeis e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas atividades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO CONSOLIDADO (*)**

R\$ Milhões	2013	2012
Receita Bruta	620,7	835,9
Receita Líquida	487,4	648,3
<i>Mercado Interno</i>	465,2	611,4
<i>Mercado Externo</i>	22,2	36,9
CPV	(468,8)	(579,3)
Lucro Bruto	18,6	69,0
<i>Margem Bruta</i>	3,8%	10,6%
Despesas Operacionais	(53,4)	(77,4)
Vendas, adm. e gerais		
Outras receitas (despesas)	(17,4)	(84,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(52,2)	(92,4)
Resultado Financeiro	(53,9)	(56,9)
Despesa Financeira	(45,0)	(54,8)
Receita Financeira	7,2	13,8
Variação cambial líquida	(16,1)	(15,9)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(106,1)	(149,3)
Imposto de renda e contribuição social	(31,2)	0,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(137,3)	(148,9)

(*) 2013: inclui operações de Aços.

2012: inclui operações de Aços, Estamparia Automotiva e Galvanização.

Em decorrência da descontinuidade do negócio de Galvanização em Setembro de 2012, da Estamparia Automotiva a partir de Janeiro de 2013 e paralisação em Julho de 2013, das operações de aços desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo, as vendas brutas consolidadas da Companhia em 2013 apresentaram redução de 25,7% quando comparadas a 2012.

O fraco desempenho operacional e financeiro da Companhia em 2013 foi diretamente influenciado pelos altos custos de fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como pela fraca demanda por produtos e serviços relacionados ao setor de GLP. Além disso, a desvalorização do Real de 14,6% em 2013 trouxe impacto imediato nos custos diretos e margens operacionais da Companhia, atingindo principalmente, o custo do alumínio, matéria prima usada para rodas de liga leve. Outros produtos utilizados na produção, como solventes e tintas, também tiveram seus preços aumentados em decorrência da desvalorização do Real.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Seguem abaixo demonstrados os **resultados das operações descontinuadas**:

R\$ Milhões	2013	2012
Receita líquida	26,4	170,7
CPV	(38,7)	(178,0)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(12,3)	(7,3)
Despesas operacionais/ financeiras	(9,5)	(44,9)
Outras (despesas) receitas operacionais	8,4	(75,1)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(13,4)	(127,3)

As operações de Aços foram totalmente descontinuadas em Julho de 2013. Este negócio contabilizou prejuízo de R\$21,6 milhões, desconsiderando o valor de R\$8,2milhões referentes à reversão de provisões trabalhistas e ambientais associadas à descontinuidade do negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O **resultado das operações continuadas** da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	2013	2012
Receita Bruta	582,8	596,5
Receita Líquida	461,0	474,3
<i>Mercado Interno</i>	440,1	445,6
<i>Mercado Externo</i>	20,9	28,7
CPV	(430,1)	(401,4)
Lucro Bruto	30,9	73,0
<i>Margem Bruta</i>	6,7%	15,4%
Despesas Operacionais	(44,5)	(44,2)
Vendas, adm. e gerais		
Outras receitas (despesas)	(25,8)	4,9
Lucro (Prejuízo) Operacional	(39,4)	33,6
Resultado Financeiro	(53,3)	(55,6)
Despesa Financeira	(44,3)	(53,2)
Receita Financeira	7,2	13,8
Variação cambial líquida	(16,2)	(16,2)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(92,7)	(22,0)
Imposto de renda e contribuição social	(31,2)	0,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(123,9)	(21,6)

As **vendas líquidas consolidadas** de 2013 atingiram o montante de R\$ 461,0 milhões, 2,8% abaixo do faturamento apresentado em 2012, sendo que a diminuição é reflexo da desvalorização cambial e a fraca demanda do setor de GLP, ambos mencionados anteriormente.

O **lucro bruto consolidado** foi de R\$30,9 milhões, valor inferior em 57,7% ao apresentado em 2013. Este resultado é decorrente principalmente dos aumentos da matéria prima alumínio que é cotado em dólar norte americano, dos aumentos dos materiais auxiliares não repassados aos preços, e do empobrecimento do mix de produtos produzidos pela Unidade Fabril de Manaus.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$44,5 milhões em 2013, versus R\$44,2 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior. O valor de R\$25,8 milhões registrado na rubrica **outras receitas (despesas)** em 2013 é decorrente da amortização do ágio baseado em rentabilidade futura (R\$13,6 milhões), de despesas de impostos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

extemporâneos (R\$3,6 milhões), de provisões para contingências e despesas com o ERP SAP (R\$5,4 milhões) e de despesas com recuperação judicial (R\$1,2 milhões), além de outras despesas, conforme demonstrados nas notas explicativas nºs 22.1 e 22.2.

Desta forma, o **resultado operacional** de 2013 foi de R\$39,4 milhões de prejuízo versus lucro de R\$ 33,6 milhões registrados em 2012.

As **despesas financeiras líquidas totais** foram de R\$ 53,3 milhões, significando uma redução de 4,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Neste ano foi revertido o valor de R\$30,5 milhões de impostos diferidos ativos registrados na rubrica **imposto de renda e contribuição social**, tendo em vista que as atuais previsões de lucratividade futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar tal ativo.

O **resultado final consolidado das operações continuadas** de 2013 foi prejuízo de R\$123,9 milhões, frente aos R\$21,6 milhões registrados em 2012.

Comentários dos negócios

Aços

R\$ Milhões	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta	84,9	74,3
Receita Líquida	75,0	71,5
<i>Mercado Interno</i>	75,0	71,5
CPV	(64,4)	(52,1)
Lucro Bruto	10,6	19,4
<i>Margem Bruta</i>	14,2%	27,2%

Conforme comentário anterior, o negócio de Relaminação em São Bernardo do Campo foi descontinuado em Julho de 2013. A produção do Eixo V para o segmento de automóveis, também em São Bernardo do Campo, foi interrompida no mesmo mês, e os respectivos equipamentos foram transferidos para a fábrica da Mangels em Três Corações, onde reiniciaram a produção deste produto alguns meses depois. Já os produtos de aço para a indústria de motocicletas são produzidos na planta industrial da Mangels, em Manaus. A receita líquida de 2013 foi de R\$75 milhões, valor superior em 5% ao faturamento apresentado em 2012 que fora de R\$ 71,5 milhões.

A margem bruta foi afetada negativamente, principalmente em decorrência da mudança do aço produzido pela planta de Manaus. Em 2012 o aço tinha um custo inferior em média de 14%, quando comparado com o produto vendido em 2013. O aço era de espessura maior, porém de menor resistência. Atualmente,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o aço produzido é de resistência maior e espessura menor. Essa mudança no “mix” do produto vendido impactou negativamente a margem em R\$4,0 milhões.

Outro impacto negativo foi o custo do frete para Manaus referente ao transporte da matéria prima, no valor de R\$ 2,1 milhões, para atender a demanda do cliente já contratada e não possível de repasse ao preço.

Os custos fixos incorridos na planta de São Bernardo do Campo não foram diluídos devido à menor produção, o que influenciou a baixa rentabilidade verificada no resultado deste negócio. O impacto foi uma perda de R\$0,9 milhões no lucro bruto.

Rodas

R\$ Milhões	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta	334,8	344,4
Receita Líquida	259,7	266,8
<i>Mercado Interno</i>	241,6	242,5
<i>Mercado Externo</i>	18,1	24,3
CPV	(254,4)	(234,4)
Lucro Bruto	5,3	32,4
<i>Margem Bruta</i>	2,1%	12,1%

O mercado automotivo, segmento em que o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 3,5 milhões de unidades em 2013 versus 3,34 milhões em 2012. Apesar do bom resultado da produção de veículos, as vendas dos mesmos decepcionaram, registrando queda de 1,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O faturamento líquido do negócio de Rodas foi de R\$ 259,7 milhões, valor inferior em 2,7% ao faturamento apresentado em 2012.

A estrutura de produção, tanto dos custos e despesas fixas quanto das variáveis, embora adequada, teve perda de competitividade neste ano. Os principais fatores para este aumento de custo tem sido a demanda por rodas de diâmetro maior do que no passado, bem como de rodas “bright face”, nova tendência do mercado. Devido ao maior peso e complexidade, estes novos produtos provocam maior desgaste nos equipamentos, bem como maior refugo e retrabalho, o que afetam negativamente a rentabilidade.

Outro fator que impactou o custo foi o aumento do preço do alumínio, consequência da desvalorização do Real em relação ao dólar, bem como o aumento de prêmio no preço, cobrado pelos produtores deste metal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como consequência do citado acima, a lucratividade obtida em 2013 foi menor do que em 2012.

Cilindros

R\$ Milhões	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta	163,2	177,8
Receita Líquida	126,3	136,0
<i>Mercado Interno</i>	123,5	131,7
<i>Mercado Externo</i>	2,8	4,3
CPV	(111,4)	(114,8)
Lucro Bruto	14,9	21,2
<i>Margem Bruta</i>	11,8%	15,6%

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviços de aços.

Em 2013, a venda de reservatórios de ar foi influenciada positivamente pela melhora no segmento de caminhões. Foram produzidas 190.304 unidades em 2013, o que representa 43,1% de crescimento ante 2012, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores - Anfavea.

Já as empresas que atuam no setor de GLP reduziram a sua demanda por botijões novos e também de serviços de requalificação, quando comparado com o desempenho de 2012.

Desta forma, a receita líquida de 2013 foi de R\$126,3 milhões 7,1% inferior ao apresentado em 2012.

A queda de margem bruta em 2013 pode ser explicada pela queda de vendas de botijões de GLP bem como na venda de serviços de requalificação dos mesmos, estes sendo os principais produtos do negócio de Cilindros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**

<i>R\$ Milhões</i>	31/12/2013	31/12/2012
FINANCIAMENTOS		
Curto Prazo	403,5	130,7
Longo Prazo	-	334,6
	403,5	465,3
DISPONIBILIDADES		
Caixa e equivalentes de caixa	26,1	171,4
Títulos e valores mobiliários	3,2	24,1
	29,3	195,5
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	374,2	269,9

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial em 1º de novembro de 2013, os pagamentos de juros e principal dos financiamentos estão suspensos, no entanto o valor da dívida bruta está devidamente corrigido em conformidade com os contratos firmados com as instituições financeiras.

A Companhia tem contratos com os Bancos DEG e FMO e deveria atender trimestralmente determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil. No 4º trimestre de 2013 a Companhia não atendeu a essas obrigações, e em razão das cláusulas de “*cross default*” todos os contratos da Companhia foram reclassificados para o curto prazo, conforme determina o Pronunciamento Técnico de Contabilidade – CPC nº26, item 74.

Foi apresentado Plano de Recuperação Judicial em 24 de janeiro, e em linhas gerais com a proposta de pagamento da dívida no prazo total de 10 anos, incluindo uma carência de 18 meses contados a partir da homologação do plano, com deságio de 30%, acrescidos de encargos (juros e correção monetária). Para os credores dispostos a renovar a confiança na Companhia e efetivamente participar do esforço de recuperação, disponibilizando novas linhas de crédito, a Companhia propõe deságio de 20% e amortização da dívida no prazo de 5 anos. Maiores detalhes estão nas notas explicativas nºs 1 e 14 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício - Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28 de dezembro de 2006, a Mangels e suas controladas informam que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não contrataram outros serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., empresa responsável pela auditoria externa da Empresa, que não sejam relacionados à auditoria.

A política de atuação da Empresa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em Reais e em Dólares, não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

PERSPECTIVAS

O ano de 2014 inicia com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios.

Conforme comentado no tópico da recuperação judicial, diversas medidas foram implementadas para enfrentar o desafio de recomposição da lucratividade.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio no Brasil, com mais de 50 anos de atuação e acredita na força deste mercado e da condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Empresa apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

tendo iniciado a sua operação em 1938. Atualmente ocupa a liderança neste mercado, com participação no mercado de aproximadamente 46%.

Com relação ao segmento de aço na qual a Empresa está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local do maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 85 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

A Companhia está confiante na viabilidade econômica de seus negócios, e não medirá esforços para atingir o seu principal objetivo, que é de sua recuperação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, ao apoio recebido dos acionistas, fornecedores, comunidade financeira em geral e especialmente aos colaboradores pelo comprometimento demonstrado.

A Administração.

São Paulo, 14 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

As informações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A - Em Recuperação Judicial. (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 14 de abril de 2014.

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Laplace, 74 – 1º andar – conjuntos 11 e 12 - São Paulo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e publicado em 20 de março de 2013, a Mangels alienou o negócio de Galvanização e decidiu descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP. Também, o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG foi descontinuado.

Maiores detalhes sobre essas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

1.1 Recuperação Judicial

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

A Mangels sempre foi uma Companhia operacionalmente saudável, no entanto, no final de 2012, antecipando a crise financeira que se encontra, a Companhia tomou a decisão de descontinuar o negócio de aços que vinha apresentando resultado negativo e implantar o processo de desmobilização com a venda dos ativos desse negócio.

Notas Explicativas

Nos primeiro nove meses de 2013, a Companhia estava conduzindo o processo de reestruturação da sua dívida, buscando prazos e taxa de juros em condições mais favoráveis. E, conforme divulgado no relatório do 2T13, a Companhia assinou "Term Sheet não vinculante" com os principais bancos credores nacionais e em Setembro de 2013 um "Term Sheet não vinculante" com o banco alemão DEG e o holandês FMO.

No entanto, após avaliação criteriosa das condições acordadas, quer seja pelas garantias exigidas, quer seja pelas taxas de juros fixadas, as negociações não resultaram em bom termo para a Companhia, e, portanto não foram aprovadas pelos acionistas controladores.

Atualmente, a Companhia possui uma estrutura de capital inadequada, sendo que vários foram os fatores que levaram a tal situação, entre elas: a retração global do crédito no mercado desde a crise internacional de 2008; o pagamento de R\$ 54 milhões de débitos tributários em 2009; os investimentos que não tiveram sucesso em sua implantação, notadamente no negócio de aços, que acumulou prejuízos operacionais de R\$ 86,1 milhões de 2011 a 2013.

Em 2013 os resultados apresentados pela Companhia não foram satisfatórios, principalmente no negócio de Rodas. A superação da crise que atravessa não se dará somente com medidas de gestão, necessitando claramente de alongamento e ou suspensão de pagamento da dívida bancária por um período, de compras de matéria prima e de insumos a preços e condições mais favoráveis que os atuais e de investimentos, para alavancar ganhos de produtividade. Desta forma, diante deste cenário, não restou a Companhia outra alternativa senão recorrer ao expediente legal da Recuperação Judicial.

A Companhia contratou o escritório "Renato Mange Advogados Associados," para o processo de Recuperação Judicial e o escritório "Mac Nicol, Rocha & Zanella Negociações Ltda.", para a elaboração do Plano de Recuperação e negociação com credores.

Em 24 de janeiro de 2014, foi apresentado o Plano de Recuperação, cujo objetivo é viabilizar a superação da crise econômico-financeiro da Companhia, com a finalidade de manter a fonte produtora, do emprego e os interesses dos credores, de forma a equacionar as dívidas dentro dos prazos e condições previstas na lei e compatíveis com as disponibilidades financeiras da Companhia.

No momento, o processo de Recuperação Judicial está aguardando a publicação dos editais contendo o aviso de entrega do Plano de Recuperação e a relação elaborada pela Administradora Judicial, nomeada pelo Juízo, KPMG Corporate Finance Ltda.

Em seguida, os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e/ou objeção ao plano de recuperação, no prazo de 30 dias, ambos contados da publicação do edital. Após isso, o Plano será submetido à Assembleia Geral dos Credores.

A aprovação e o sucesso desse plano de recuperação econômica é condição necessária para permitir à Companhia a realização de seus ativos pelos valores

Notas Explicativas

apresentados nas suas demonstrações contábeis e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas atividades.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em regime normal de operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

O plano de recuperação judicial apresentado prevê uma Reestruturação Organizacional com a contratação de um CEO, diretor financeiro e industrial, uma Reestruturação Operacional, e uma proposta de pagamento aos credores.

1.1.1. Plano de Recuperação Judicial

Para elaboração do plano de pagamento, foram consideradas as dívidas até a data do pedido de recuperação judicial, as quais foram agrupadas em três classes de credores. Abaixo segue demonstrados os valores em 31 de dezembro de 2013:

A – Credores sujeitos a Recuperação Judicial			31/12/2013
	Fornecedores	Empréstimos	Total
I – Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista			1.191
II – Credores trabalhistas com reserva de valores			13.407
III – Titulares de créditos com garantia real	2.141	94.293	96.434
IV – Titulares de créditos quirografários	31.701	291.549	323.250
TOTAL Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	385.842	434.282
B – Dívida Fiscal Tributária			8.067
C – Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)		17.678	17.678
Total não sujeito à Recuperação Judicial		17.678	25.745
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	403.520	460.027

i) Credores derivados da legislação trabalhista

Estes credores serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de homologação do Plano de Recuperação, ou no mesmo prazo a contar da sentença que julgar a habilitação do crédito.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

ii) **Credores com garantia real**

É composto basicamente por empréstimos firmados com Instituições financeiras e alguns fornecedores que possuem garantia de imóveis, instalações e/ou os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica de "Ativo de operações descontinuadas", e as instalações e os equipamentos da planta de Manaus.

Para pagamento o total será amortizado em 120 meses, incluindo uma carência de 18 meses. Os valores serão os constantes na lista de credores, com 30% de deságio e acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a uma taxa de 2% a.a a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 17 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) a taxa total de 2% a.a.

Os credores com garantia real que concordarem com a liberação ou a substituição das garantias pela oneração de outros ativos, serão classificados em um sub-grupo e serão amortizados em 5 anos, com deságio de 20%.

iii) **Credores quirografários**

É composto por credores que não possuem preferência ou garantia em relação a seus créditos.

A Companhia propôs a amortização da dívida em 120 meses, incluindo uma carência de 18 meses. Os valores serão os constantes na lista de credores, com 30% de deságio e acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a uma taxa de 2% a.a a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 17 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) a taxa total de 2% a.a.

Os credores desta categoria que disponibilizarem novas linhas de crédito pelo prazo de 5 anos, pelo menos, no montante de 50% do saldo total de sua dívida após a aplicação do deságio serão agrupados em um subgrupo, para o qual a Companhia propôs a amortização da dívida, com um deságio sobre o valor nominal de 20% e a amortização do saldo da dívida no prazo de 5 (anos) a partir da homologação do Plano de recuperação, com carência de 18 meses e incorporação de encargos equivalentes a variação do valor percentual do CBI. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 7 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) equivalentes a variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) calculado sobre o montante apurado após a incorporação dos encargos.

Notas Explicativas

O saldo remanescente da dívida para com os credores quirografários que aderirem a este subgrupo, terá a garantia de ativos disponíveis das Recuperandas.

Para os fornecedores estratégicos, quer por sua fundamental relevância social, e por serem indispensáveis e/ ou não existirem maneira de substituí-lo com brevidade e cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Empresa, para estes credores, desde que não interrompam o fornecimento a Companhia, os valores devidos serão amortizados em 10 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, a partir da homologação do Plano de Recuperação, com incidência de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do CDI.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"); e
- As demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mas para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são consideradas como estando em conformidade com o IFRS, emitido pelo International Accounting Standard Boarding (IASB).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Notas Explicativas

2.2 Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

			Participação no Capital Social - %	
			31/12/2013 e 31/12/2012	
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.3 Classificação corrente *versus* não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquida-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;

Notas Explicativas

- se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou
- não há direito incondicional para deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações / pronunciamentos contábeis

Reclassificação das demonstrações financeiras

Algumas rubricas do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 com valores relativos a operações descontinuadas foram reclassificadas para permitir uma melhor comparabilidade. As reclassificações foram efetuadas como segue:

Controladora

Balanço Patrimonial

	Saldo 31/12/2012		Saldo 31/12/2012
	apresentado	Reclassificação	reclassificado
Ativo Não circulante			
Ativos de Operações descontinuadas	83.984	(2.100)	81.884
Outros Ativos Não Circulantes	88	14	102
Total de Ativos Não Circulantes	368.420	(2.086)	366.334
Passivo Circulante			
Outros	70.476	(55.281)	15.195
Contas a Pagar - Descontinuidade de Negócios	-	53.195	53.195
Total de Passivos Circulantes	294.542	(2.086)	292.456

Fluxo de caixa

	Saldo 31/12/2012		Saldo 31/12/2012
	apresentado	Reclassificação	reclassificado
Variações nas contas do capital circulante			
Adiantamentos a fornecedores	-	(2.637)	(2.637)
Outros	(5.903)	2.637	(3.266)

Notas Explicativas**Consolidado**

<u>Balanço patrimonial</u>	Saldo 31/12/2012		Saldo 31/12/2012
	apresentado	Reclassificação	reclassificado
Ativo Não circulante			
Ativos de Operações descontinuadas	83.984	(2.100)	81.884
Outros Ativos Não Circulantes	209	14	223
Total de Ativos Não Circulantes	323.467	(2.086)	321.381
Passivo Circulante			
Outros	70.476	(55.281)	15.195
Contas a Pagar - Descontinuidade de Negócios	-	53.195	53.195
Total de Passivos Circulantes	303.217	(2.086)	301.131

Fluxo de caixa

	Saldo 31/12/2012		Saldo 31/12/2012
	apresentado	Reclassificação	reclassificado
Variações nas contas do capital circulante			
Adiantamentos a fornecedores	-	(2.924)	(2.924)
Outros	(5.339)	2.924	(2.415)

2.5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Na demonstração consolidada do resultado do exercício corrente e do exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado, das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucro após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.6 Conversão de moeda estrangeira

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora..

Os saldos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras.

Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes das liquidações dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas "receitas financeiras" e "despesas financeiras".

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor na data das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas do Grupo

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços, bem como as correspondentes demonstrações do resultado. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, e divulgado na demonstração de lucros abrangentes

2.7 Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas Explicativas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.8 Impostos

Impostos sobre as vendas:

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que o impostos sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item da despesas, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para

Notas Explicativas

Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social – correntes:

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos:

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente do patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Vide maiores detalhamentos nas notas explicativas nºs 3 e 24 (a).

2.9 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da

Notas Explicativas

obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;

- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 22.1.

2.10 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora.

Benefícios da Aposentaria

Em 28 de Abril de 2005 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria, sendo este administrado pelo Multipensions Bradesco – Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais.

O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições. Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Em 19 de junho 2013 a Companhia suspendeu o plano de previdência complementar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 40,1 mil e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 505,4 mil na controladora.

Notas Explicativas

2.11 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros recebíveis..

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados em seu reconhecimento inicial pelos valores justos, no resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelos seus valores justos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas Explicativas

Empréstimos (concedidos) e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo, expirarem, ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

(b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto

Notas Explicativas

no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser

Notas Explicativas

computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimento em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros da Companhia incluem o contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Passivos a valor justo por meio do resultado, incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado.

Passivos financeiros classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os pagamentos de juros e principal dos passivos financeiros, sujeitos a recuperação judicial, estão suspensos desde 1º de novembro de 2013, no entanto, a Companhia contabilizou os juros e reconheceu as variações cambiais e monetárias de seus empréstimos de acordo com o contrato original. Possíveis ajustes poderão ser efetuados em decorrência de a decisão da Assembleia Geral dos Credores, quando o Plano de Recuperação Judicial estiver devidamente aprovado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e débitos com empresas ligadas.

Desreconhecimento (baixa)

Notas Explicativas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota Explicativa 6.

2.12 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utilizou em 31 de dezembro de 2012 instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em, que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do Instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

2.13 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Notas Explicativas

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.15 Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável se forem o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

As taxas praticadas pela Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.16 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 13:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Ágio com expectativa de rentabilidade futura
Vida Útil	Definida	Definida	Indefinida
Método de Amortização Utilizado	Linear	Linear	N/A

Notas Explicativas

2.17 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas: custo de aquisição apurado de acordo com o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando estes não apresentarem previsibilidade de uso ou venda nos próximos 180 dias.

2.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito ao final de cada exercício ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

A Companhia realizou durante o exercício de 2013 a baixa integral do ágio em decorrência da ausência de lucratividade futura.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.19 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.20 Provisões

Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Obrigação por desativação de ativos: A provisão para custos de desativação de ativos surgiu quando a Companhia decidiu descontinuar os negócios de Aços e de Estamparia para montadoras (Nota Explicativa 25). Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos respectivos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto será contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos serão revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou reduzidas ao custo do ativo.

Provisões para riscos e discussões judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A avaliação, por parte da Companhia, sobre as novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, e que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2013, foram devidamente realizadas, e a administração da Companhia não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da mesma.

As normas que foram modificadas foram:

CPC 19 - Negócio em Conjunto e
CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
CPC 33 - Benefícios a Empregados;
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e CPC 35 - Demonstrações Separadas;
CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades;
CPC 46 - Mensuração a Valor Justo.

A Companhia mantém as mesmas práticas e procedimentos contábeis realizados nas demonstrações contábeis anteriores, com relação as normas vigentes.

2.22. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39.

O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimentos (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.

A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

• IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

• IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de *Hedge* – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

Notas Explicativas

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

No processo de aplicação de políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Operações descontinuadas

Em 2012, a Companhia decidiu descontinuar diversos negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados e fortalecer a sua posição financeira.

Em 3 de setembro de 2012, a Companhia concluiu a alienação da Unidade de Galvanização à Armco Staco S/A. Indústria Metalúrgica.

O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças estruturadas de aço, para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial entre outros. Fabricava também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais

Em 11 de dezembro de 2012, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração de descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aço, atividades essas desenvolvidas na Unidade de São Bernardo do Campo – São Paulo.

Notas Explicativas

O negócio vinha operando em ambiente competitivo acirrado e em segmentos altamente dependente do bom andamento da economia mundial e brasileira, o qual se manteve bastante imprevisível nos últimos anos. Assim, as perdas acumuladas decorrentes deste negócio inviabilizaram a sua continuidade bem como o crescimento e a lucratividade em outros negócios da Companhia.

Também foi desativado o negócio de estamparia para montadora que era desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações - MG. A exemplo do negócio de aços, as perdas acumuladas nos anos de 2012 e 2011 não permitiram a continuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia entendeu que as discontinuidades dos negócios satisfaziam os critérios para classificação dos ativos no grupo de ativos mantido para venda e como operação descontinuada, pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- A Companhia tinha plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido propostas vinculantes para parte dos equipamentos;
- A Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda de todos os ativos seja concluída em 2014.

A produção dos segmentos descontinuados encerraram as atividades em Julho de 2013 e os ativos desses negócios estão colocados à venda. Esses recursos são parte integrante do Plano de Recuperação Judicial e têm como objetivo a redução da dívida da Companhia e melhora da rentabilidade dos demais negócios.

Para maiores detalhes sobre a operação descontinuada estão divulgados na Nota 25.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são resumidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Notas Explicativas

O valor recuperável é sensível á taxa de crescimento utilizado para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 6.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 205.599 (2012: R\$ 121.055). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$ 103.355 (R\$49.612 referente ao exercício de 2012) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia. vide Nota 24.

Notas Explicativas

Valor Justo de Instrumentos Financeiros;

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e, do negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro era de R\$ 22.175 (2012: R\$ 53.195).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamparia para montadoras, foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro era de R\$ 19.714 (2012: R\$ 13.728), vide nota 25

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2012.

4. Investimento em controladas

Notas Explicativas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	31/12/2013			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	45.606	5.668	890	52.164
Ativo Não Circulante	11.584		235	11.819
Ativo	57.190	5.668	1.125	63.983
Passivo Circulante	26.914	3.378	1.052	31.344
Passivo Não Circulante	8.540	-	-	8.540
Passivo	35.454	3.378	1.052	39.884
Patrimônio Líquido	21.736	2.290	73	24.099
Resultado Líquido do exercício findo em 31/12/2013	1.104	(94)	(19)	991

	31/12/2012			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	39.218	22.498	1.601	63.317
Ativo Não Circulante	13.105	121	1.261	14.487
Ativo	52.323	22.619	2.862	77.804
Passivo Circulante	8.485	104	970	9.559
Passivo Não Circulante	9.805	-	-	9.805
Passivo	18.290	104	970	19.364
Patrimônio Líquido	34.033	22.515	1.892	58.440
Resultado Líquido do período findo em 31/12/2012	5.776	(13)	104	5.867

Saldos patrimoniais e transações no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013.

	31/12/2013			
Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
	Direta	Indireta		

Notas Explicativas

Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	21.736	1.104
Mangels International Corporation	20	100,00	-	2.290	(94)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	73	(19)

Saldos patrimoniais no exercício findo em 31/12/2012 e transações no período de doze meses findo em 31/12/2013.

	31/12/2012				
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	34.033	5.776
Mangels International Corporation	20	100,00	-	22.515	(13)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	1.892	104

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	34.033	1.892	22.515	58.440
Equivalência patrimonial	1.104	(19)	(94)	991
Variação cambial sobre investimentos	-	-	559	559
Distribuição de dividendos	(13.400)	(1.800)	-	(15.200)
Redução de capital investido	-	-	(20.690)	(20.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.737	73	2.290	24.100

5. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

Notas Explicativas

- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a seguir:

31/12/2013						
	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	57.190	56.268	191.771	59.251	84.135	448.615

(*) refere-se a caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

31/12/2012						
	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	52.322	67.770	163.040	256.858	134.923	674.913

Unidade de AÇOS – MANAUS (*)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Receita Bruta	84.866	74.274	14,3%
Receita Líquida	75.023	71.470	5,0%
<i>Mercado Interno</i>	75.023	71.470	5,0%
CPV	(64.395)	(52.132)	23,5%
Lucro Bruto	10.628	19.338	-45,0%
<i>Margem Bruta</i>	14,2%	27,1%	-12,9p.p.
Despesas Operacionais			
Comerciais	(1.147)	(1.475)	-22,2%
Administrativas	(8.972)	(5.389)	66,5%
Outras (despesas)	(772)	2.790	-127,7%

Notas Explicativas

receitas			
	(10.891)	(4.074)	167,3%
Resultado Operacional	(263)	15.264	-101,7%

(*) os valores apresentados neste quadro referem-se ao resultado do eixo V da unidade de Aços somado ao resultado da unidade de Manaus.

Unidade de RODAS

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Receita Bruta	334.775	344.436	-2,8%
Receita Líquida	259.681	266.827	-2,7%
<i>Mercado Interno</i>	241.561	242.494	-0,4%
<i>Mercado Externo</i>	18.120	24.333	-25,5%
CPV	(254.355)	(234.377)	8,5%
Lucro Bruto	5.326	32.450	-83,6%
<i>Margem Bruta</i>	2,1%	12,2%	-10.1p.p.

Despesas Operacionais			
Comerciais	(5.640)	(5.001)	12,8%
Administrativas	(13.260)	(12.954)	2,4%
Outras (despesas)	(7.113)	3.720	-291,2%
receitas			
	(26.013)	(14.235)	82,7%
Resultado Operacional	(20.687)	18.215	-213,6%

Unidade de CILINDROS

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Receita Bruta	163.183	177.804	-8,2%
Receita Líquida	126.291	136.022	-7,2%
<i>Mercado Interno</i>	123.510	131.674	-6,2%
<i>Mercado Externo</i>	2.781	4.348	-36,0%
CPV	(111.353)	(114.842)	-3,0%
Lucro Bruto	14.939	21.180	-29,5%
<i>Margem Bruta</i>	11,8%	15,6%	-3.8p.p.

Despesas Operacionais			
Comerciais	(5.939)	(6.789)	-12,5%
Administrativas	(9.510)	(12.607)	-24,6%
Outras (despesas)	(4.356)	(1.639)	165,9%
receitas			
	(19.805)	(21.035)	-5,8%
Resultado Operacional	(4.866)	145	-3.455,9%

Notas Explicativas

Informações Geográficas:

Receitas de clientes no exterior

	Consolidado		
	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS
	75.023	259.681	126.291
Receita Líquida			
Mercado Interno	75.023	241.561	123.510
Mercado Externo	-	18.120	2.781
América do Sul e Central	-	18.120	2.781

	Consolidado		
	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS
	71.470	266.827	136.022
Receita Líquida			
Mercado Interno	71.470	242.494	131.674
Mercado Externo	-	24.333	4.348
América do Sul e Central	-	24.333	4.348

6. Instrumentos financeiros

a) **Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo

Notas Explicativas

imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizaram operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros para durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	26.090	171.375	26.090	171.375
Títulos e valores mobiliários	3.170	24.142	3.170	24.142
Contas a receber de clientes	37.751	54.041	37.751	54.041
Tributos a recuperar	29.779	29.013	29.779	29.013
Total:	96.790	278.571	96.790	278.571
Passivos financeiros				
Fornecedores	78.857	78.753	78.857	78.753
Empréstimos e financiamentos *	403.520	465.398	409.342	474.427
Tributos a recolher	9.836	9.628	9.836	9.628
Total:	492.213	553.779	498.035	562.808

* As diferenças entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação que serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- *Títulos e valores mobiliários*: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- *Empréstimos e Financiamentos*: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- *Derivativos*: são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	26.090	-	X	-
Títulos e valores mobiliários	3.170	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	403.520	-	X	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos

Notas Explicativas

termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbe negociações especulativas e vendas a descoberto.

- i) *Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

- ii) *Risco de liquidez:* É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O processo de recuperação judicial não altera o risco em questão.

- iii) *Riscos de mercado:*

- **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Com a recuperação judicial as linhas de créditos foram reduzidas e, portanto, são utilizadas exclusivamente as linhas para atendimento as necessidades de capital de giro.

Notas Explicativas

- Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

As operações com instrumentos financeiros foram suspensas em razão do pedido da Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Controladora/ Consolidado			
	Regime de Competência			
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.526	23.170	3.575	47.348
Clientes	1.049	1.834	2.457	3.747
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	-	12.000	-	24.522
	2.575	37.004	6.032	75.617
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (ii)	79.026	114.383	185.127	233.741
Fornecedores	1.251	230	2.931	469
Exposição líquida	(77.702)	(77.608)	(182.026)	(158.593)

(i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 7 e 8.

(ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$ 94.405 (R\$137.780 em 31 de Dezembro de 2012).

a) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Notas Explicativas

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesa financeira".

- Contratos de *swap*: São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação.
- Dólar futuro: Instrumento utilizado para proteção *hedge* das obrigações expostas em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012:

		31/12/2013	31/12/2012
Valor Justo		Passivos	
Swaps	(1)	-	8.590

(1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas informações intermediárias líquidos do saldo de Capital de Giro.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu na rubrica de "Receitas financeiras" um ganho de R\$ 4.911, relacionados aos contratos de hedge cambial (R\$ 1.128 em 31 de dezembro de 2012).

b) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados,

Notas Explicativas

nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,34850% a.a., Dólar R\$ 2,3426 e CDI 9,77% a.a.

		Consolidado		
PASSIVOS	Riscos	Variação		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	185.127	232.417	279.142
Dívida em US\$	aumento do US\$	185.127	231.409	277.691
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	218.393	223.252	228.118
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	22.515	22.014	21.513
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	3.170	3.099	3.029
Caixa e equivalentes de caixa	queda do US\$	3.575	2.681	1.788
Clientes	queda do US\$	2.457	1.843	1.229

7. Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<i>Em moeda nacional</i>						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	101,22%	CDI	1.230	13.012	8.687	28.897
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	101,00%	CDI	-	-	-	3.067
Operações compromissadas	100,05%	CDI	1.913	23.820	1.913	26.112
Fundo exclusivo de investimento Multi-mercado crédito privado (composição da carteira)						
CDB	100,40%	CDI	-	19.403	-	19.403
Fundo Investimento Renda Fixa		CDI	-	16.011	-	16.011
Operações compromissadas	100,05%	CDI	-	19.205	-	19.205
Disponibilidade em conta-corrente			8.386	9.003	11.915	11.332

Notas Explicativas

			<u>11.529</u>	<u>100.454</u>	<u>22.515</u>	<u>124.027</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>						
Time Deposit	0,35%	Libor	-	22.894	937	44.071
Disponibilidade em conta corrente			<u>2.161</u>	<u>2.826</u>	<u>2.638</u>	<u>3.277</u>
			<u>2.161</u>	<u>25.720</u>	<u>3.575</u>	<u>47.348</u>
Total						
			<u>13.690</u>	<u>126.174</u>	<u>26.090</u>	<u>171.375</u>

8. Aplicações financeiras

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Remuneração média - %		<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Em moeda nacional</u>						
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,60%	CDI	<u>3.104</u>	<u>17.898</u>	<u>3.170</u>	<u>17.898</u>
Compromissadas	100,00%	CDI	<u>-</u>	<u>6.244</u>	<u>-</u>	<u>6.244</u>
Total						
			<u>3.104</u>	<u>24.142</u>	<u>3.170</u>	<u>24.142</u>

As aplicações financeiras estão vinculadas como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14. Conforme divulgado nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2013, as aplicações vinculadas foram retidas para liquidação parcial antecipada dos empréstimos.

Em 31 de dezembro as aplicações financeiras vinculadas totalizam R\$ 511 mil bloqueadas.

9. Contas a receber de clientes

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
No Brasil		<u>39.815</u>	<u>54.375</u>	<u>44.533</u>	<u>57.354</u>
No Exterior		<u>2.457</u>	<u>3.747</u>	<u>2.457</u>	<u>3.747</u>
		<u>42.272</u>	<u>58.122</u>	<u>46.990</u>	<u>61.101</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(9.228)</u>	<u>(7.037)</u>	<u>(9.239)</u>	<u>(7.060)</u>
		<u>33.044</u>	<u>51.085</u>	<u>37.751</u>	<u>54.041</u>

Parte dos recebíveis estão vinculados como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	29.534	43.491	31.647	45.644
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	2.436	4.082	3.354	4.628
de 31 a 60 dias	870	856	1.452	1.036
de 61 a 90 dias	1.242	775	2.203	784
de 91 a 180 dias	2.753	2.096	2.843	2.134
de 181 a 360 dias	2.017	1.480	2.051	1.522
mais de 360	3.420	5.342	3.440	5.353
	12.738	14.631	15.343	15.457
Total:	42.272	58.122	46.990	61.101

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
	(7.037)	(7.060)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		
Complemento de Provisão	(11.868)	(11.877)
Provisões estornadas	9.677	9.698
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(9.228)	(9.239)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	10.106	11.905	12.772	14.195
Adiantamento Estoques	34.521	-	38.547	-
Produtos em processo	5.274	9.539	5.489	9.621
Matérias-primas	8.776	14.957	13.564	21.919
Materiais auxiliares	20.394	20.017	20.614	21.236
Provisão para perdas no estoque	(5.551)	(8.137)	(5.743)	(8.137)
	73.520	48.281	85.243	58.834

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(8.137)	(8.137)
Complemento de provisão	(14.767)	(15.520)
Valores utilizados	16.534	17.015
Valores não utilizados e estornados	819	899
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(5.551)	(5.743)

11. Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	5.046	10.607	5.693	11.646
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.884	4.540	4.145	4.540
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	7.980	6.850	7.980	6.850
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.613	3.107	5.624	3.118
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	1.219	869	1.219	869
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	3.691	3.233	3.776	3.318
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.226	1.689	2.245	1.707
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	507	485	1.100	1.077
PIS e COFINS sobre insumos - CPV (iii)	-	1.098	-	1.098
Créditos Previdenciários	95	-	95	-
Outros	4	159	13	170
	30.265	32.637	31.890	34.393
 Circulante	 28.155	 27.257	 29.779	 29.013
 Não circulante	 2.110	 5.380	 2.111	 5.380

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas. Em 2013, foi estornado o valor de R\$2.378 considerado não passível de compensação, a contrapartida foi registrada no resultado da Companhia na rubrica outras receitas / despesas operacionais.

(ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação

Notas Explicativas

o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

(iii) Refere-se ao saldo a recuperar de créditos de PIS e COFINS sobre insumos contabilizados extemporaneamente em 2011, no valor de R\$10.787.

12. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.481	22.825	113.504	1.272	2.227	118	21.501	165.928
Aquisição	-	-	2.716	644	72	-	5.446	8.878
Baixas	-	(316)	(234)	(795)	(104)	-	(1.286)	(2.735)
Transferência de obras em andamento para imobilizado		11	13.376	214	79	-	(13.680)	-
Transferência de obras em andamento para intangível	-	-	-	-	-	-	(11.451)	(11.451)
Depreciação	-	(747)	(12.421)	(465)	(519)	-	-	(14.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.481	21.773	116.941	870	1.755	118	530	146.468
Custo total	4.481	39.164	247.438	2.928	15.061	118	530	309.720
Depreciação acumulada	-	(17.391)	(130.497)	(2.058)	(13.306)	-	-	(163.252)
Valor residual	4.481	21.773	116.941	870	1.755	118	530	146.468
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

Notas Explicativas

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.496	29.360	119.483	1.325	2.333	118	21.622	178.737
Aquisição	-	-	3.232	644	74	-	5.454	9.404
Baixas	-	(316)	(727)	(828)	(83)	-	(1.320)	(3.274)
Transferência de obras em andamento para imobilizado		11	13.388	248	58	-	(13.705)	-
Transferência de obras em andamento para intangível	-	-	-	-	-		(11.451)	(11.451)
Depreciação	-	(988)	(13.324)	(483)	(541)	-	-	(15.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.496	28.067	122.052	906	1.841	118	600	158.080
Custo total	4.496	46.704	257.393	3.018	15.245	118	600	327.574
Depreciação acumulada	-	(18.637)	(135.341)	(2.112)	(13.404)	-	-	(169.494)
Valor residual	4.496	28.067	122.052	906	1.841	118	600	158.080
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$ 19.305 (R\$ 19.940 em 31 de Dezembro de 2012), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$ 16.921 (R\$ 16.287 em 31 de Dezembro de 2012).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da avaliação por custo atribuído líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, R\$ 550 (R\$ 1.153 em 31 de dezembro de 2012).

- (b) Para o grupo do ativo imobilizado, foi identificado após revisão o valor de R\$ 77.741 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2012) reclassificado para ativos de operações descontinuadas (disponíveis para venda) e baixa no exercício de 2012 no valor de R\$ 1.937 diante da ausência de plano de uso dos referidos ativos.
- (c) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

13. Intangível

Controladora	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.024	1.974	89	13.598	16.685

Notas Explicativas

Aquisição	809				809
Transferência de imobilizado em andamento	11.451	-	-	-	11.451
Baixa	-	-	-	(13.598)	(13.598)
Amortização	(4.866)	(1.402)	(32)	-	(6.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.418	572	57	-	9.047
Custo Total	13.581	9.720	158	-	23.459
Amortização	(5.163)	(9.148)	(101)	-	(14.412)
Valor residual	8.417	572	57	-	9.047

Consolidado	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.026	1.975	89	13.598	16.688
Aquisição	809	-	-	-	809
Transferência do imobilizado em andamento	11.451	-	-	-	11.451
Baixa	-	-	-	(13.598)	(13.598)
Amortização	(4.868)	(1.403)	(32)	-	(6.303)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.418	572	57	-	9.047
Custo Total	13.582	9.735	158	-	23.475
Amortização	(5.164)	(9.163)	(101)	-	(14.428)
Valor residual	8.418	572	57	-	9.047

A Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado em 31 de dezembro de 2013 e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura, no valor de R\$13.598.

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média anual de juros - % a.a.	Garantias	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Moeda Nacional						
BNDES / Máquinas	4,50% a.a.	Máquinas e equipamentos	5.210	55.385	5.210	55.385
Capital de Giro (CEF / NCE BB / ITAÚ // SAFRA)	119% do CDI	Recebíveis, aplicações financeiras, máquinas, exportações futuras	186.859	165.048	203.014	165.047
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	Imóveis máquinas e equipamentos	-	-	10.169	10.896

Notas Explicativas

Arrendamento Mercantil	CDI + 0,28% a.m.	-	-	329	-	329
			192.069	220.762	218.393	231.657
Moeda Estrangeira						
Pré-pagamento exportação/ NCE (Votorantim e Bradesco)	Libor + 3,84% a.a.	Nota promissória e carta fiança	94.405	137.780	94.405	137.781
Capital de giro / Finimp)	3,70% a.a.	-	-	17.303	-	17.593
DEG/FMO	Libor + 4,84% a.a.	Nota promissória, imóveis, instalações e máquinas	90.722	78.367	90.722	78.367
			185.127	233.450	185.127	233.741
			377.196	454.212	403.520	465.398
Circulante			377.196	129.187	403.520	130.760
Não Circulante			-	325.025	-	334.638

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos.

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total em 31 de dezembro de 2013. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de crédito rotativo.

Os empréstimos do DEG/FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”. E o empréstimo junto ao BASA tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 11,4 milhões..

As cláusulas de garantia dos empréstimos do Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e do BTG Pactual, preveem vínculos a recebíveis e aplicações financeiras atreladas a esses empréstimos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO e BTG Pactual, a Companhia deveria atender trimestralmente determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento as cláusulas contratuais firmadas junto ao DEG/FMO.

No 4º trimestre de 2013 a Companhia não atendeu a essas obrigações, e em razão das cláusulas de “cross default”, todos os contratos, foram reclassificados para o Curto Prazo, conforme determina o Pronunciamento Técnico de Contabilidade – CPC nº 26, item 74.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía R\$ 59.615 de empréstimos vencidos.

Os empréstimos firmados estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores Nacionais	71.574	73.431	75.926	78.284
Fornecedores Estrangeiros	2.931	469	2.931	469
	74.505	73.900	78.857	78.753

Alguns fornecedores estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

Controladora

	Depósitos judiciais		Controladora Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	3.023	2.543	1.070	443
Trabalhistas e previdenciárias	4.321	3.592	8.531	7.282
Outras	1.432	1.432	3.876	2.566
	8.776	7.567	13.477	10.291

Notas Explicativas

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.282	443	2.566	10.291
Adições	1.291	627		1.918
Baixas	(42)			(42)
Atualização monetária			1.310	1.310
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.531	1.070	3.876	13.477

Consolidado

	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	3.023	2.543	1.070	443
Trabalhistas e previdenciárias	4.350	3.601	8.723	7.473
Outras	1.603	1.621	3.876	2.566
	8.976	7.765	13.669	10.482

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.473	443	2.566	10.482
Adições	1.292	627		1.919
Baixas	(42)			(42)
Atualização monetária			1.310	1.310
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.723	1.070	3.876	13.669

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- **Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- **Tributárias:** são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- **Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Notas Explicativas

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,27 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- ii) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,68 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,4 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- iv) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,02 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,89 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,61 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**c) Cíveis**

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,97 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.

d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas**a) Transações e saldos**

Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e transações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2013	
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Com empresas consolidadas		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(16.690)	6.026 (1)
Mangels International Corporation	(174)	-
E.Koga Ltda.	(829)	-
CONTROLADORA	(17.693) (2)	6.026

	31/12/2012	
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Com empresas consolidadas		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	-	8.025 (1)
	Não Circulante	
E.Koga Ltda.	1.000	-
CONTROLADORA	1.000	8.025

Notas Explicativas

(1) O saldo do ativo circulante (contabilizado na rubrica outros) e das receitas referem-se à operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) O saldo do passivo circulante são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

31/12/2013		
Empréstimos e Financiamentos Com acionistas minoritários	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	4.164	-
31/12/2012		
Empréstimos e Financiamentos Com acionistas minoritários	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	7.072	4.794

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.478 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013.

A remuneração paga durante os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	4.130	6.520
Planos de aposentadoria e pensão (i)	16	83
Outros benefícios	123	231
	4.269	6.834

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.8 das Demonstrações Anuais, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários. O referido plano foi suspenso em Julho de 2013, pelo prazo de 24 meses.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

Notas Explicativas**18. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

31/12/2013

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES	-	-	1.491.100	13,38%	1.491.100	8,59%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	1.438.268	12,90%	1.438.268	8,29%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	7.018.374	62,96%	7.023.086	40,48%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31/12/2012

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,001%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES	-	-	3.129.000	28,07%	3.129.000	18,03%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	-	1.928.800	17,30%	1.928.800	11,12%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	3.436.374	30,83%	3.441.086	19,83%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

18. Patrimônio líquido**b) Avaliação por custo atribuído**

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Notas Explicativas

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2013, havia em circulação no mercado, 4.706 ações ordinárias e 11.141.291 ações preferenciais representando 64,24% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

19. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(44.272)	(79.582)	(123.854)
Proveniente das operações descontinuadas	(4.792)	(8.614)	(13.406)
Resultado atribuível aos acionistas	(49.063)	(88.197)	(137.260)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(7,13871)	(7,13871)	(7,13871)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(0,77270)	(0,77270)	(0,77270)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(7.732)	(13.900)	(21.632)
Proveniente das operações descontinuadas	(45.492)	(81.773)	(127.265)
Resultado atribuível aos acionistas	(53.224)	(95.673)	(148.897)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(1,24685)	(1,24681)	(1,24683)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(7,33535)	(7,33529)	(7,33531)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

Notas Explicativas**20. Resultado financeiro****20.1. Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Juros sobre aplicações financeiras	3.956	10.217	4.876	11.529
Descontos Obtidos	811	158	871	158
Outras Receitas	1.212	1.802	1.453	2.075
	5.979	12.177	7.200	13.762

20.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tarifas Bancárias	(400)	(963)	(473)	(985)
Juros sobre empréstimos	(29.687)	(33.859)	(30.953)	(38.015)
Juros Passivos	(3.560)	(7.088)	(3.074)	(7.295)
Outras Despesas	(8.195)	(5.910)	(9.773)	(6.918)
	(41.842)	(47.820)	(44.273)	(53.213)

21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matérias-primas consumidas	(232.832)	(307.017)	(282.756)	(350.716)
Outros custos, despesas e receitas	(134.280)	(199.704)	(133.288)	(188.989)
Despesas com pessoal	(97.933)	(167.248)	(101.543)	(170.730)
Depreciação e Amortização	(20.513)	(25.402)	(22.050)	(26.948)
<u>Despesa por natureza</u>	(485.558)	(699.371)	(539.637)	(737.383)
Custo das mercadorias vendidas	(378.927)	(363.975)	(430.103)	(401.351)
Com vendas	(12.072)	(12.595)	(12.727)	(13.265)
Gerais e administrativas	(29.291)	(29.121)	(31.743)	(30.950)
Outras despesas/ receitas operacionais	(26.042)	3.008	(25.838)	4.871
<u>Despesas por função - Operações Continuadas</u>	(446.332)	(402.683)	(500.411)	(440.695)
Custo das mercadorias vendidas	(38.667)	(177.972)	(38.667)	(177.972)
Com vendas	(2.339)	(12.405)	(2.339)	(12.405)

Notas Explicativas

Gerais e administrativas	(6.609)	(31.205)	(6.609)	(31.205)
Outras despesas/ receitas operacionais	8.389	(75.106)	8.389	(75.106)
<u>Despesas por função - Operações Descontinuadas</u>	<u>(39.226)</u>	<u>(296.688)</u>	<u>(39.226)</u>	<u>(296.688)</u>
<u>Despesas por função - Total</u>	<u>(485.558)</u>	<u>(699.371)</u>	<u>(539.637)</u>	<u>(737.383)</u>

22. Outras receitas/ despesas e ajustes**22.1 Outras receitas operacionais**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Receita de impostos (extemporâneos)	788	-	788	-
Receita de venda de ativos	-	4.737	-	4.737
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	297	2.034
Outras receitas	10	478	10	515
	<u>797</u>	<u>5.215</u>	<u>1.095</u>	<u>7.286</u>

22.2 Outras despesas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Baixa do ágio baseado em rentabilidade futura	(13.598)	-	(13.598)	-
Parcelamento de impostos	(3.625)	-	(3.625)	-
Provisão para despesas com implantação do ERP SAP	(2.400)	-	(2.400)	-
Provisão para processos contingenciais	(3.021)	(1.474)	(3.019)	(1.668)
Resultado na venda de ativos	(1.400)	(39)	(1.400)	(39)
Despesas com recuperação judicial	(1.163)	-	(1.163)	-
Multas diversas	(442)	-	(447)	-
Honorários advocatícios	(334)	-	(334)	-
Outras despesas	(856)	(694)	(946)	(708)
	<u>(26.839)</u>	<u>(2.207)</u>	<u>(26.933)</u>	<u>(2.415)</u>

23. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

Notas Explicativas

<u>Operações Continuadas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita Bruta	523.240	541.286	582.804	596.513
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(119.409)	(119.376)	(121.809)	(122.194)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	403.831	421.910	460.995	474.319
<u>Operações Descontinuadas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita Bruta (i)	37.931	239.399	37.931	239.399
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(11.526)	(68.698)	(11.526)	(68.698)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	26.405	170.701	26.405	170.701

- (i) As receitas líquidas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2013, referem-se exclusivamente a realização de esforços existentes e atendimento de compromissos até 31 de julho de 2013.

24. Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(93.587)	(26.410)	(92.701)	(21.987)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas	(13.406)	(127.265)	(13.406)	(127.265)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(106.993)	(153.675)	(106.107)	(149.252)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(991)	(8.694)	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	6.848	(600)	6.848	(600)
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(101.136)	(162.969)	(99.259)	(149.852)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	34.386	55.409	33.748	50.950
<u>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</u>				
Despesas não dedutíveis	(8.424)	(1.466)	(8.424)	(1.466)

Notas Explicativas

Ativo Diferido não Constituído no período	(53.743)	(49.612)	(53.743)	(49.612)
Outros	(2.487)	447	(2.734)	483
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	-	(885)	(4.423)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(30.267)	4.778	(30.268)	4.778
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	(30.267)	4.778	(31.153)	355
Alíquota efetiva	29,93%	-2,93%	31,39%	-0,24%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$ 103.355 (R\$49.612 em 31 de dezembro de 2012) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

(ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido, assim foi revertido para o resultado de impostos diferidos o valor de R\$ 30.483 mil.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	49.721	30.723	49.721	30.723
Contribuição diferida sobre base negativa	18.504	11.362	18.504	11.362
Diferenças temporárias				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	2.053	2.216	2.053	2.216
Provisões para contingências	4.566	2.640	4.566	2.640
Provisões de comissões sobre vendas	17	196	17	196
Provisões para PLR	615	853	615	853
Provisão para perdas em inventário	1.887	2.465	1.887	2.465
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	6.263	6.770	6.263	6.770
Variação Cambial - Regime Competência	15.888	7.110	15.888	7.028
Provisão Indedutível	4.220	6.210	4.220	6.210

Notas Explicativas

Provisões Phase Out	5.074	14.584	5.074	14.584
Outros	1.090	2.309	1.090	2.309
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(49.612)	(49.612)	(49.612)	(49.612)
Diferido não constituído no exercício	(53.743)	-	(53.743)	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.543	37.826	6.543	37.744
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(6.543)	(6.827)	(6.543)	(6.912)
Outros	-	(732)	-	(565)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.543)	(7.559)	(6.543)	(7.477)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	30.267	-	30.267

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração

Notas Explicativas

do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

25. Operação descontinuada

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual. Entretanto, diante do pedido de recuperação judicial, a venda desses ativos está suspensa e sujeita à aprovação do plano de recuperação econômica pelos credores da Companhia.

Abaixo segue demonstrados os resultados financeiros das operações descontinuadas:

a) Unidade Aços – São Bernardo do Campo

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em Julho de 2013, inclusive com a venda de certos ativos. A alienação total dos ativos está prevista para ser concluída em 2014.

Assim, segue apresentado o resultado deste negócio nos doze meses de 2013 e 2012:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	26.405	170.701
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(38.667)</u>	<u>(177.972)</u>
Lucro Bruto	(12.262)	(7.271)
Despesas operacionais/ financeiras	<u>(1.144)</u>	<u>(119.994)</u>
Resultado da operação descontinuada	<u>(13.406)</u>	<u>(127.265)</u>

As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	244	14.778
Estoques	5.203	31.163
(-) Deságio na realização de estoques	(1.998)	(6.515)
Demais ativos	<u>898</u>	<u>4.503</u>
	4.347	43.929
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	93.353	91.575
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(19.714)	(13.728)
Ativo imobilizado	848	1.842
Ativo intangível	620	743
Demais ativos	<u>3.257</u>	<u>2.870</u>
	78.365	83.302
Totais dos ativos	82.712	127.231
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	(705)	31.867
Outros passivos	3.396	6.013
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>22.032</u>	<u>52.861</u>
	24.723	90.741
Não Circulante		
Outros passivos	3.340	2.683
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
	7.140	6.483
Totais dos passivos	31.864	97.224
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>50.848</u>	<u>30.007</u>

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Aços seguem demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fluxo de caixa da operação descontinuada		
Atividades operacionais	(8.745)	(28.878)
Relacionada a atividades de descontinuidade do negócio	(26.622)	37.661
Atividades de investimentos	<u>1.118</u>	<u>(3.184)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>(34.249)</u>	<u>5.599</u>

Notas Explicativas

b) Unidade Galvanização

Em 3 de setembro de 2012, a Companhia concluiu a alienação da Unidade de Galvanização à Armco Staco S/A. Indústria Metalúrgica.

O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças estruturadas de aço, para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial entre outros. Fabricava também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais

Abaixo segue apresentado o resultado deste negócio nos doze meses de 2012:

	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	24.413
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(20.062)</u>
Lucro Bruto	4.351
Despesas operacionais/ financeiras	<u>(4.946)</u>
Resultado do semestre da operação descontinuada	<u><u>(595)</u></u>

Os impactos da venda do negócio foram divulgados nas demonstrações financeiras daquele exercício.

c) Estamparia para montadoras – Três Corações - MG

Essa atividade era desenvolvida na Unidade de Cilindros e todas as atividades foram encerradas em 2012.

Segue o resultado deste negócio nos doze meses de 2012:

Estamparia

	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	15.374
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(15.891)</u>
Lucro Bruto	(517)
Despesas operacionais/ financeiras	<u>(6.299)</u>
Resultado do semestre da operação descontinuada	<u><u>(6.816)</u></u>

Notas Explicativas

d) Ativos e obrigações diretamente associadas a descontinuidade dos negócios

A Companhia segrega os ativos imobilizados destinados à venda e as provisões de despesas com indenizações trabalhistas, ambientais e comercialização de ativos das atividades descontinuadas.

No 2T13 foram finalizados estudos realizados por especialistas nas áreas trabalhista e ambiental e conclui-se pela reversão de R\$8.200, referentes a provisões efetuadas em 31 de dezembro de 2012. Estes valores foram contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais com contrapartida na conta obrigações diretamente associados a descontinuidade dos negócios.

Abaixo seguem demonstrados os saldos dessas contas por negócio:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo		
Não Circulante		
Ativos imobilizados de operações descontinuadas		
Aços	73.639	77.847
Estamparia	2.294	2.332
Outros	960	1.705
Totais dos ativos	<u>76.893</u>	<u>81.884</u>
 Passivo		
Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		
Aços	22.032	52.861
Estamparia	143	334
	<u>22.175</u>	<u>53.195</u>
Não Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		
Aços	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
Totais dos passivos	<u>25.975</u>	<u>56.995</u>

26. Eventos Subsequentes

A Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial em 24 de janeiro de 2014. No momento aguarda a publicação do Edital para aprovação em Assembleia dos Credores, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1, 14.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido com abstenção de opinião

Administradores e Acionistas da
Mangels Industrial S.A.
São Paulo - SP

1. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A – em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria e desta forma, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Base para abstenção de opinião

4. Conforme divulgado na nota explicativa no. 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial.

Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. A assembleia geral de credores, nos termos da referida Lei, votará pela aprovação ou não do referido plano em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. A Companhia apresentou ainda, a lista de credores que serão pagos nos termos deste plano, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013, tendo em vista a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

5. Além do comentado no parágrafo 4) acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$137.260 mil e em 31 de dezembro de 2013 possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$293.035 mil e, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R\$348.310 mil. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e a base para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

6. Devido ao fato da Companhia e suas controladas, dependerem da aprovação ou não do plano de recuperação judicial por parte dos credores e o sucesso da implantação do mesmo, conforme mencionado no parágrafo 4) acima, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base na continuidade normal dos negócios ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; a realização do ativo imobilizado relacionado à atividade produtiva; e dos ativos de operações descontinuadas (vide nota explicativa No. 25); a realização dos demais ativos, bem como o pagamento de fornecedores, dos empréstimos e financiamentos, das provisões adicionais de passivos, e de todos os demais passivos, estão diretamente vinculados com a aprovação do plano de recuperação por parte dos credores e sucesso na implantação do plano e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano. Esses eventos aqui descritos estão fora do controle da Companhia.

7. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 4) a 6) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impacto importante nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

8. Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4) a 7), incluídos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

9. Conforme descrito na nota explicativa 2 e sujeito aos efeitos das condições decorrentes da abstenção de opinião descrita no parágrafo 8) acima, informamos que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

10. Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Devido a relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4) a 7) incluídos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas.

São Paulo, 14 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Os membros do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A , no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à análise das demonstrações financeiras, do relatório anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, com abstenção de opinião por conta do processo de recuperação judicial e incertezas quanto à capacidade de continuidade dos negócios da companhia, emitido em 14 de abril de 2014 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., concluíram, por unanimidade, que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes estão adequadamente apresentados e opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 25 de abril de 2014.

Luiz Orlando Caiuby Novaes

Julio Flavio Pipolo

Roberto Alves da Silva”

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.